

A importância da paleografia para o estudo das escrituras públicas: o exemplo de uma escritura de compra e venda de começos do século XIX

Augusto Fagundes da Silva dos Santos

Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, BA, Brasil.

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil.

augustofagundes@uefs.br

<https://orcid.org/0000-0003-1700-2689>

Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil.

rafael@live.de

<https://orcid.org/0000-0003-4052-5808>

1 Introdução

A origem da Paleografia é atribuída ao livro *De Re Diplomatica* do monge beneditino D. Jean Mabillon, irmanada com a Diplomática, competentes na identificação e verificação das características que conferem originalidade aos documentos.¹ Com o desenvolvimento posterior dessas disciplinas que se especificam e elaboram técnicas e metodologias próprias para a abordagem aos documentos, a Paleografia passa assumir uma postura cada vez mais crítica,

[...] observa-se que as definições tradicionais caracterizam-na como a ciência que provê os fundamentos para a decifração das escritas e para a leitura e interpretação correta dos documentos, sobretudo os antigos, considerando, para tanto, sua idade, veracidade, procedência geográfica, bem como métodos e técnicas de confecção (aí inclusos os instrumentos de escrita e a matéria sobre a qual é lançada a escrita), não obstante a origem e a evolução da escrita.²

Chamando a atenção para as limitações da antiga tradição paleográfica, Armando Petrucci retoma Jean Mallon, propondo que a Paleografia configure-se como uma História da Cultura Escrita, ocupando-se da produção, das características formais, dos usos da escrita e dos testemunhos escritos de uma sociedade.³ Para tanto, por tratar-se de uma área tão ampla, o autor reconhece a impossibilidade de um pesquisador abarcá-la completamente e

1 Eni de Mesquita Samara. *Paleografia, documentação e metodologia histórica*. São Paulo: Humanitas, 2010, pp. 12-16; Ana Regina Berwanger, João Eurípedes Franklin Leal. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 4. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012, pp. 17-20.

2 Ana Regina Berwanger, João Eurípedes Franklin Leal. *Noções de Paleografia, op. cit.*, pp. 15-16; Víctor Hugo Arévalo Jordán. *Introducción a la Paleografía Hispanoamericana*. Córdoba: Ediciones del Sur, 2003, pp. 10-12; Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães. *Portugal – Manuscrito Do Século XVIII: Edição do Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Dissertação de mestrado em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, 2016, p. 17.

3 Armando Petrucci. *La ciencia de la escritura: Primera lección de Paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003, pp. 7-8.

elege os testemunhos escritos como seu objeto propondo uma metodologia que se traduz nas seis perguntas a seguir:

1. O quê? Em que consiste o texto escrito, que será transcrito para o código gráfico habitual, mediante a dupla operação de leitura e transcrição.
2. Quando? Época em que o texto em si foi escrito no testemunho que se está estudando.
3. Onde? Zona ou local onde se levou a cabo a obra de transcrição.
4. Como? Com que técnicas, com que instrumentos, sobre que materiais, segundo que modelos foi escrito esse texto.
5. Quem o realizou? A que ambiente sociocultural pertencia o executor e qual era em seu tempo e ambiente a difusão social da escrita.
6. Para que foi escrito esse texto? Qual era a finalidade específica desse testemunho em particular e, também, qual poderia ser em sua época e em seu local de produção a finalidade ideológica e social de escrever.⁴

Essa metodologia para a abordagem aos testemunhos escritos é a chave para acessar a dimensão cultural da escrita, cuja contrapartida material é o texto escrito, uma fonte profícua para as ciências que estudam o homem e sua história.⁵ Para Carla Pinsky, “Historiadores trabalham com fontes. Nós nos apropriamos delas por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas”.⁶ O texto escrito já foi considerado condição para existência da história. “Um ponto de vista que evolui no tempo e que seria superado pelo avanço da História como disciplina científica [...]”.⁷ Mas não se pode prescindir das diversas informações que se pode acessar através dos documentos escritos, sejam relativas às nuances da produção, à forma material, à fórmula ou à infinidade de assuntos que podem conter:

Quer seja registrando fatos, narrando acontecimentos relativos aos diversos agrupamentos humanos ou, ao menos, impressões e sentimentos de uma determinada pessoa, entre inúmeros outros exemplos de registros escritos, um estudioso deve destacar o óbvio: a escrita possibilita não apenas a elaboração de um texto, mas também a transmissão de mensagens entre quem o escreve e quem o lê e/ou interpreta. E, além disso, o texto produzido exige, evidentemente, um suporte físico para se materializar. Estudado em sua dimensão material, é possível determinar quais são as formas/ tamanhos que um registro escrito pode assumir; os elementos (naturais ou não) utilizados na sua confecção; as técnicas empregadas na sua fabricação, dando conta, portanto, de sua dimensão material.⁸

Neste trabalho, apresenta-se um exemplo de como a abordagem paleográfica em diálogo com a história possibilita a recuperação de informações e a produção de conhecimento a partir de documentos antigos.

4 Idem. Tradução nossa, grifos do autor.

5 Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães. *Portugal – Manuscrito*, op. cit., p. 14.

6 Carla Bassanezi Pinsky (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 7.

7 Eni de Mesquita Samara, Ismênia Spínola Silveira Truzzi Tupy. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 17.

8 Idem, p. 120.

2 As escrituras

As escrituras públicas ou (Livros de Notas) são documentos valiosos para a pesquisa histórica. Toda a vida civil local, no período colonial, estava registrada nos cartórios. Consiste, portanto numa verdadeira “radiografia” de uma determinada sociedade. Nos dois cartórios existentes em Salvador, no final do período colonial, é possível encontrar uma gama variada de assuntos presentes nas escrituras. As tipologias mais comuns foram, respectivamente: Escritura de venda; escritura de quitação; de procuração; escritura de dívida e obrigação com e sem hipoteca; de liberdade; escritura de contrato de sociedade; de distrate ou distrato; escritura de cessão e transpasse; escritura de aluguel; escritura de aforamento; de arrendamento; escritura de doação; escritura de fiança; e de filiação e legitimação. As escrituras de venda foram as mais frequentes na documentação, como o próprio nome já diz se refere ao registro da venda de algum bem.

3 Características do documento

O documento que se apresenta é uma escritura de venda lavrada em 22 de novembro 1805, registrada entre os fólios 26v e 28r do Livro de Notas do Cartório do Tabelião Joaquim Tavares de Macedo Silva, localizado na Cidade do Salvador, sob numeração 155 do Arquivo Público do Estado da Bahia. Tendo-se acessado o documento exclusivamente através de seu facsímile, as informações referentes a suas características materiais (encadernação, dimensões, tipo de papel) somente puderam ser depreendidas.

Trata-se de um livro manuscrito em papel de qualidade razoável, com média gramatura, a tinta ferrogálica. Apresenta marcas provenientes da ação do tempo e de manuseio constante. Os fólios estão oxidados, em muitos deles é possível observar a sombra da mancha escrita do lado recto no verso e vice-versa. Muitos fólios passaram por uma tentativa de restauro mediante a colagem de papel manteiga, tornando a leitura muito difícil ou mesmo ilegível em alguns casos.

Apesar de serem identificados diversos scriptores, o texto é lançado no papel, na maioria absoluta das vezes, por Joaquim Tavares de Macedo Silva Junior, que também os autentica, como no documento ora editado há, também, autenticações do titular da Nota, Joaquim Tavares de Macedo Silva. Os fólios recebem numeração manuscrita em algarismos arábicos e são rubricados no ângulo superior direito do lado recto, abaixo da numeração. Há uma intervenção posterior em que se reproduz a numeração no centro dos fólios próximo à apara superior, a caneta de tinta preta.

4 Características intrínsecas

Chama a atenção a semelhança entre os grafemas <h> em posição inicial e <E>, que se apresentam a seguir:

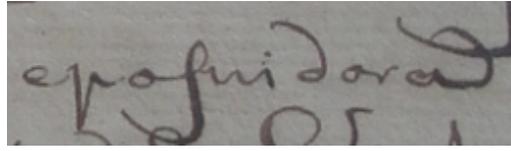
Figura 1 – Comparação entre os grafemas <h> em posição inicial e <E>



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

O <s> intervocálico com valor de sibilante alveolar surda. é sempre grafado <s> longo:

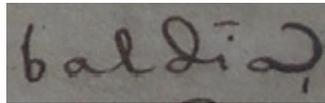
Figura 2 – Comparação entre os grafemas <h> em posição inicial e <E>



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Quando acentuado, <i> recebe acento e ponto, como no exemplo da palavra baldía, à linha 31 do fólho 27r:

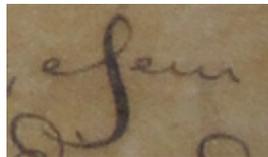
Figura 3 – <i> recebe ponto e acento, f. 27r, l. 31



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

É de difícil leitura <s> em alguns contextos. Sucedendo <u> em seus, à linha 26 do fólho 27v:

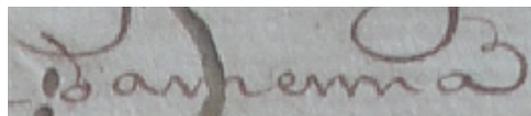
Figura 4 – Segmento seus, <s> de difícil leitura



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Em posição de coda silábica, sucedendo <e> e antecedendo <m>:

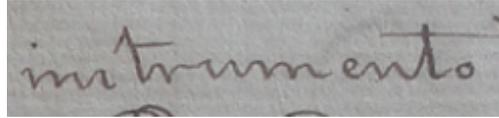
Figura 5 – Segmento *damesma*, <s> de difícil leitura, f. 27r, l. 4



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Sucedendo <n> em posição de coda silábica:

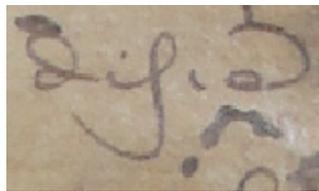
Figura 6 – Segmento *damesma*, <s> de difícil leitura, f. 27r, l. 4



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

No segmento <ss>, precedido de <s> longo:

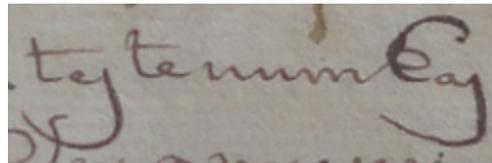
Figura 7 – Segmento disse, <s> curto no seguimento ss, precedido de s longo, f. 27v, l. 9.



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

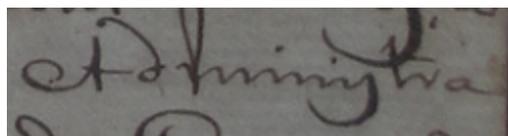
É interessante observar, também, a dificuldade de leitura devida à semelhança no traçado de <i>, <u>, <m> e <n> (Figuras 14 e 15).

Figura 8 – Segmento testemunhas, leitura difícil de <m>, <u> e <n>, f. 27r, l. 19



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Figura 9 – Segmento Administra[dôr], leitura difícil de <m>, <i> e <n>, l. 34, f. 27r



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

5 Transcrição e critérios

Optou-se, para a transcrição desse documento, com vistas a preservar suas características linguísticas e discursivas, por uma lição conservadora, pautada nos seguintes critérios:

- respeita-se, dentro do possível, a disposição gráfica do texto na página. Para tal, toda a transcrição é feita dentro de tabelas em formato de arquivo .doc, evitando deformações acidentais;
- numeram-se as linhas dos fólios contando a partir da primeira preenchida com escrita ou sinais muito particulares do scriptor, numerando-as de 5 em 5, a partir da primeira e numera-se a última, independente de ser múltipla de 5;
- a grafia original do texto é conservada na íntegra, mesmo nos casos em que fica claro o apso do scriptor;
- as abreviaturas são desdobradas na transcrição, utilizando-se, para tanto, o recurso ao itálico para indicar as letras anteriormente omitidas;
- na medida do possível, são respeitadas as separações e/ou ligações do documento original;
- - indica-se a partição silábica com o auxílio de hífen ou hífen duplo (semelhante ao sinal de igualdade da matemática) quando o scriptor assim o fizer;
- - as alterações (rasuras, substituições, supressões etc.) realizadas ao longo da escrita (pelo próprio scriptor) são inseridas no texto da transcrição, utilizando-se para isso alguns operadores – por vezes tomados de empréstimo à crítica genética –, apresentados a seguir:

[†]	ilegível por dano no suporte
{†}	escrito não identificado
[texto]	leitura conjecturada
{texto}	leitura difícil

6 Transcrição do documento

26v	Escritura devenda, Compra, epaga equitação que faz Maria Roza do Nascimento, a loaõ Espino[!]a Bitancourte, de huma rosa [c]ita
35	navagem que vai para a Igreja do Senhor do Bom
36	fim contodas assuas benfeitorias de duas moradas de
27r	[c]azas terreas depedra eCâl hum Oratorio de dizer misa e [d]uas fontes deagua debeber cobertas detelha, evarios ar

[v]oredos de Coqueiros, [dedenZ]eiros, mangueiras, emangabeiras
emais
[h]um pedaço de terra na frente da mesma rosa, que serve {de logradouro}
5 [ro] della, em Chãos foreiros a Capela de Nossa Senhora das [Mêrces]
pello preço equantia de hum Conto [et] rezentos mil reis como
abaixo se declara

S[aib]am quantos este publico instrumento de Escritura, de
venda Compra, paga, e quitação Ou Como em direito melhor no
10 [me] elugar haja virem que Sendo no Anno do Nascimento de
[N]osso Senhor Iesus Christo d[e] mil Oito Centos e Sinco, a os vinte
[e]dous dias do mes de Novembro [d]o dito anno nesta Cidade do Sal
vador Bahia de todos Os San[t]os, e Cartorio do Tabaliam lo
aquim Tavares de Macedo Silva, por cujo impedimento Sir
15 vo, ahi a [p]areceram presentes partes a esta Obtorgantes, havidas
e Contratadas, de huma Como vendedora Maria Roza do =
Nascimento e da Outra [Com]o Comprador loão Espinola
Bitancourte, este reConheCido de mim Tabaliam pelo pro
prio, eaquella que as testemunhas ao diante nomidas, eaSinadas
20 [m]e [Cer]tificaram Ser apropriada de que faço menÇam: Elo
go pela vendedora me foi dito em prezença das mesmas Teste
munhas que ella hera legitima Senhora, e possuidora de huma
rosa cita na vargem, que vai para a Igreja do Senhor do =
Bom fim, Com todas assuas bem feitorias, de duas moradas de Ca
25 [zas] terreas, de pedra e Cal, hum Oratorio de dizer missa, duas
fontes de agua de beber Cobertas de telha, e varios arvoredos, de
coqueiros, dedêzeiros, mangueiras, emangabeiras, emais de hum peda
ço de terra na frente da mesma Rosa, qu[e] serve de logradouro de la
parte a dita rosa, e pedaço de terra, pello Leste Com a rosa de Ma
30 noel loze dos Reis, pelo Oeste com a do Reverendo Doutor
loze Lino da Silva, pelo Norte Com terra baldía, e pelo Sul
Com a Estrada do Senhor do Bom fim em Chãos foreiros, a
Capela de Nossa Senhora das Mêrces, de que hé Administra
[dôr] O Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, des
35 ta mesma Cidade, pelo fôro de Oito mil reis por-anno, que es
ta pago thê o presente e Com facultade do mesmo Convento
dire[to] Senhorio de p[o]is de afrontada, a qual rosa assim Confron
tada, e d[e] marcada Com quem mais direita [mente] deva e [ha]ja

departir, Confrontar, e demarcar com todas as suas v[+] Servi
 40 do {em e} logradouros, livres e de desembargados, de todo e qualquer

 27v cargo [t]m da do mesmo foro the do dia da data dest[a], c[t]
 {t} Outorgou ao Comprador pa[ra] Conservaçam da[t]
 ta assim e da mesma forma que apesoa em melhor Semilhor [puder]
 disse ella vendedora que vendia como com efeito logo vem
 5 [deu] por este publico instrumento a o Comprador para [t]
 herdeiros e Suçesores, pelo preço e quantia de hum Conto e trezen
 tos mil reis, que neste acto recebeu do Comprador, em dinhei
 ro de Contado, moedas correntes neste Estado, do que dou minha
 fe, e depois de os receber, contar, e guardar, disse que dava a
 10 o mesm o Comprador, pura, geral, e irrevogavel quitaçam [pa]
 ra mais lhenam pedir, nem repetir em tempo algum por estar
 paga e Satisfeita, e que pela referida quantia havia [por]
 muito bem vendida a dita rosa, pedaço de terra, e mais bem
 feitorias asima de Claradas, [t] tirava, e dimitia desi, Seus bens
 15 herdeiros, e Sucesores, todo O direito, a Cçam e pertença pose
 Senhorio e Util dominio que nellas tinha, O upodia ter, O que
 tudo desde logo, com todas as suas a Cçoens, reais, e pe[so]ais, ati=
 vas e pasivas, presentes e futuras, ced[e] [e]traspassa na pesoa do Com
 prador, para que elle tudo logre, g[t] haja e poss[ua], mança
 20 e pacificamente como Couza Sua propria que fica
 Sendo por vertude deste instrumento, pelo qual lheda puder e
 lugar para que porelle sómente Sem mais authorityde [t] =
 Justiça posa tomar pose dellas, e quer atome quer não, e
 llavendedora desde já lhahâ por dada, e nelle Comprador
 25 por incorporada, pela Clauzula Constitute pose real, atual
 Corporal, Cível, e natural que em si podera reter, e Continuar [p]a
 ra Sempre, assim Como ofazia ella vendedora, e seus antepo
 suidores, e que Outrosim Se obriga a responder digo Se obriga
 a fazer Sempre boa esta venda, [depás] livre e desembargada
 30 de toda apesoa, O pesosas que al[g]umas duvidas, Ou demandas
 lhe ponhaõ, porque a tudo Sahira e Sedara por Autora e defen
 çora asua propria Custa dis[p]eza, the que de toda Seja fin
 da e a Cabada, e o Comprador restituído asua pose pacifi
 ca e Sucedendo O Contrario lheturnará a dâr oseu dinhei=
 35 ro que recebeu preço desta venda, e lhe pagará todas as bem

feitorias, e melhoramentos que demais tiver feito que tudo [t]
ra avaliado na forma da Ley, por que assim Se havia justoe
Contratado Com o Comprador pelo qual foi tambem dito que
elle aseitava esta Escritura, a ele feita Com todas as Clau
40 zulas Condi[çoes] e Obrigacoens della E finalmente por
ellas partes Cada hum na que lhetoca foi mais dito que por Su
42 as pessoas e bens Se obrigaõ a tẽr emanter, Cumprir e guardar esta

28r esta escritura como nella Se Contem e declara Sem qu[e] a
[po]sam r[ev]ogar, reclamar, n[e]m contradizer porsí nem
[p]or Outro em tempo algum [p]or ser muito de suas livres
[v]ontades feita: Em fe e testemunho da verdade assim OO b=
5 [torga]raõ [m]erequereraõ lhes fizesse este instrumento nesta Notta
em que asinaraõ pediram ea Ceitaraõ, e Eu Tabaliam aa
ceitei em nome da pesoa ou pessoas a que to Car posa o direito de
la auzente para Se lhe d[ar]em Os traslados ne Cesarios. Sendo
presentes por Testemunhas Domingos loze da Silva, e Luis loze Ay
10 res, que [a]quí [asi]naraõ Com Os Obtorgantes de pois delida esta
perante elles, e Eu loaquim Tavares de MaCedo Silva lu
nior Tabaliam que o Escrevy.

Maria Roza do Nascimento loaõ Espinola Bittancourt
14 Domingos Jose da Silva Luis José Ayres

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção judiciária, Livro de Notas do Cartório do Tabelião Joaquim Tavares de Macedo Silva, Salvador-Bahia, nº 155, Escritura de venda de 22 de novembro 1805, f. 26v-28r.